# NOVELLAE OLIVARUM

ANO XIII NÚMERO 127 JULHO 1955

A VOLTA DO TEMA «PARÓQUIA E ACÇÃO CATÓLICA — P.e M. F. Falcão 205

A EDUCAÇÃO DA PUREZA — Alberto Neto 215

DA ICONOGRAFIA CRISTÃ — A POMBA — Miranda Braga 224

ASPECTOS CRISTÃOS DO PLATONISMO — A. Carrilho Ribeiro 228

LIVROS NOVOS 234

## Porque são Turbulentas as Crianças?

Estas obras foram especialmente concebidas para vos ajudar a resolver os múltiplos problemas da educação das crianças.

## A Arte de Educar as Crianças de Hoje

por GASTON COURTOIS

Colectânea de sugestões e conselhos práticos sobre os problemas centrais desta arte tão bela e difícil — educar — muito lucrarão com a sua leitura todas os pessoas que, a qualquer título se ocupam de educação.

## A Psicologia da Criança-Linhas Fundamentais

por GUY JACQUIN

Apresenta-nos uma psicologia dinâmica e não estática: descreve-nos a criança em acção. Um livro necessário ao educador. É também um livro simples, acessível a todos, actual!

**Estas duas obras da colecção «PSICOLOGIA E PEDAGOGIA» são edições de**

**S. E. T.**

*Sociedade Editorial* «O TRABALHADOR»
Rua António Maria Cardoso 68 · LISBOA-Telefone 35356


# NOVELLAE OLIVARUM

**REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — OLIVAIS**

***COM A APROVAÇÃO DA AUTORIDADE ECLESIASTICA***


*Director* — ABÍLIO TAVARES CARDOSO
*Redactores* — SEBASTIÃO ANTÓNIO RENDEIRO
— FERNANDO DA PIEDADE MELRO
*Proprietário e editor* — ANTÓNIO DE OLIVEIRA FRANGO
*Administrador* — ANTÓNIO AUGUSTO SOBRAL

**Composto e impresso na Sociedade Editora Ala Esquerda, L.ª — BEJA — Telef. 268**

# FERREIRINHA

## VINHO PARA MISSAS

**Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Excelência Rev.ma o Senhor Bispo do Porto**

RUA INFANTE D. HENRIQUE
PORTO

ROSSIO, 93, 2.º
LISBOA

FUNDADA EM 1756

# "CENACULO"

## VINHO PARA MISSA

**Com a aprovação de S. Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto**

## REAL COMPANHIA VELHA

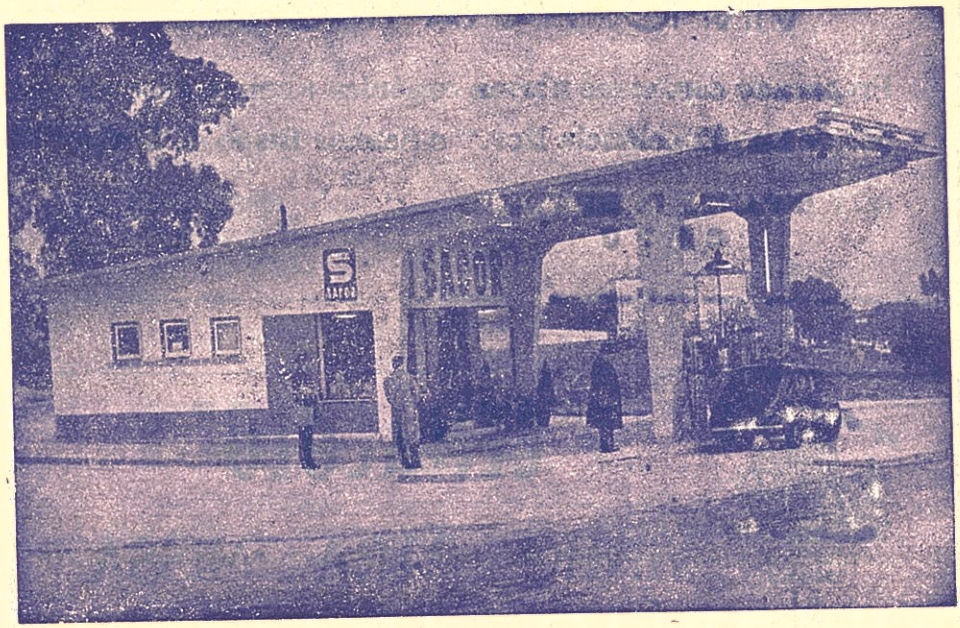
PORTO
**Rua das Flores, 69**

LISBOA
**Praça dos Restauradores, 14**

SACOR

Trabalho da Nação
para a
economia da Nação

Um esforço diário de
800
Portugueses




# SACOR

EM LISBOA E EM TODO O PAÍS

# À VOLTA DO TEMA «PARÓQUIA E ACÇÃO CATÓLICA»

Fala-se, e já se falou mais, sobretudo em países estrangeiros, de «crise» da Acção Católica. Tal «crise», tem-se o cuidado de acrescentar, é uma «crise» de crescimeno e, portanto, deve encarar-se com um realismo confiante. Parece-me, com efeito, ver nas suas origens dois síntomas consoladores: o ressurgir ou o surgir de obras e movimentos de apostolado cheios de vitalidade a par de um intenso e sério movimento de renovação paroquial.

Estes dois movimentos são, em boa parte, um dos mais gloriosos frutos dos primeiros 20 ou 30 anos de Acção Católica. Tê-los em conta é praticar um acto de justiça para com a ideia genial de Pio XI, e, também, a atitude objectiva de quem procura a solução para a referida «crise».

Esta «crise» tem surgido, em geral, com o levantar de um duplo «conflito»: Por um lado entre a Acção Católica Oficial e outros movimentos e obras; por outro lado, entre a Acção Católica Especializada e a Paróquia. Evidentemente que o termo «conflito» será injusto se o empregamos no sentido próprio; deixamo-lo passar por ser expressivo.

## ACÇÃO CATÓLICA E ACÇÃO CATÓLICA OFICIAL

O primeiro «conflito» surgiu já há bastante tempo e a mais notável intervenção da autoridade eclesiástica foi a carta do Cardeal Pacelli, então Secretário de Estado de Pio XI, endereçada ao Presidente da A. C. Italiana em 30 de Março de 1930. Tal documento é bem conhecido; distingue claramente a Acção Católica (entenda-se a Organização à data existente na Itália e nostros países) das outras obras suas auxiliares.

Passados quatro ou cinco lustros, reavivou-se a questão e, a propósito dela, o mesmo Eugénio Pacelli, agora com a autoridade pessoal do supremo Pontificado, colocando-se num ponto de vista um pouco diferente, tem vindo a aclarar o significado pleno da definição clássica de Acção Católica dada pelo seu predecessor. Segundo este pleno significado, não é apenas na Acção Católica Oficial que se realiza uma autêntica «colabora-

ção dos leigos no apostolado hierárquico»; o conceito de apostolado de Acção Católica é mais vasto e abrange o apostolado de outras obras e associações de leigos.

Além disso, Pio XII, numa compreensível preocupação de quebrar todos os exclusivismos exagerados, não tem cessado de chamar a atenção dos fiéis para outras formas de apostolado leigo que, não realizando o conceito de Acção Católica, não deixam de ser fundamentais na vida da Igreja. É particularmente notável o discurso que, neste sentido, dirigiu ao Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos.

Terá passado o tempo da Acção Católica? Longe disso. Pio XII pouco antes dirigiu um insistente apelo aos Bispos da Itália para que a estabelecessem por toda a parte, e em muitas ocasiões tem mostrado particular deferência pela «principal organização» dos colaboradores da Hierarquia, distinguindo-a das outras formas de apostolado leigo.

## ACÇÃO CATÓLICA ESPECIALIZADA E APOSTOLADO PAROQUIAL

O segundo «conflito» está relacionado com o primeiro. Traduz-se numa certa concorrência entre o apostolado de meio, característico da Acção Católica Especializada, e o apostolado paroquial ao qual estão particularmente vinculadas várias dessas obras e associações que não são A. C. Oficial.

Para encontrar uma solução para o caso, o exame sereno das realidades e as orientações concretas da Hierarquia, particularmente do Episcopado de certos países onde a questão se punha com mais acuidade, levaram a aclarar o seguinte ponto: há um duplo campo de actividade proposto actualmente aos leigos: o *apostolado de meio* em ordem à recristianização das instituições, ambientes e meios sociais, e o *apostolodo paroquial* mais imediatamente subordinado ao Pároco e todo orientado para as necessidades da vida paroquial.

O apostolado especializado de meio não pode ser independente da Paróquia. Tem nela a base de abastecimento espiritual visto estarem na Paróquia as fontes sacramentais que alimentam todo o labor, apostólico. É também para a Paróquia que se devem orientar, em última análise, todas as conquistas individuais realizadas por este apostolado. Mas o centro de interesse e o campo de acção deste apostolado especializado não estão necessàriamente na Paróquia como tal, tanto mais que, hoje em

dia, com poucas excepções de paróquias rurais, os meios sociais não coincidem geográfica e sociològicamente com os meios paroquiais.

Sendo o seu campo de acção mais vasto e a sua finalidade mais geral, é ao Bispo que compete orientar imediatamente este apostolado. Daqui a natureza essencialmente diocesana da Acção Católica especializada, não apenas em razão do carácter essencialmente diocesano da Igreja, mas das próprias características do apostolado de meio. Veremos abaixo que a nossa «Acção Católica Portuguesa» foi concebida fundamentalmente em ordem a este apostolado especializado.

Distinto deste, temos, como se disse, o apostolado paroquial. Tem por campo de acção a Paróquia e por finalidade colaborar com o Pároco nas obras paroquiais tais como: secretariado paroquial, catequese, visita aos doentes e pobres, preparação de catecúmenos e noivos, organização de festas, participação no culto pelo canto, arranjo do templo, etc., obras de caridade, assistência, cultura e outras. Como é natural, tal apostolado tem todo o apoio e a direcção imediata dos Párocos zelosos. Este motivo e o facto dos seus objectivos serem muito concretos e os resultados imediatos, tornam este apostolado paroquial particularmente atraente e fácil de prosperar.

Não há que negar-lhe importância. Há toda a vantagem em desenvolvê-lo, tanto mais que certos autores avaliam em menos de 10% os fiéis em condições de fazerem apostolado de meio, ao passo que os restantes podem colaborar ao menos indirectamente nas actividades paroquiais. (1)

Mas há que chamar a atenção para os perigos que adviriam para a própria Paróquia, de um exclusivismo exagerado desta forma de apostolado. Com efeito, ele, por sua natureza, contribui para dar uma visão acanhada das necessidades gerais da Diocese e da vida geral da Igreja. Além de não favorecer o desenvolvimento do ideal missionário, dá origem à ilusão de que bastará uma «pastoral paroquial aperfeiçoada» para a recristianização total da Paróquia, levando a esquecer que a maior parte das influências que atingem os paroquianos e lhes criam um ambiente

---

(1) Chan. P. Thiberghien, «L'Action Catholique, prècisions pouvelles», pág. 102.

desfavorável à vida cristã não provêm do meio paroquial e escapam, por vezes totalmente, aos esforços dos Párocos por as atingir e orientar ou suprimir.

## UMA FÓRMULA DE SOLUÇÃO ?

Em resumo: os dois apostolados — apostolado especializado de meio e apostolado paroquial — têm campos de acção e finalidades imediatas distintas; são ambos igualmente importantes, necessários e urgentes; ambos merecem o apoio oficial da Hierarquia.

Do reconhecimento oficial do primeiro resultou, sobretudo desde o tempo de Pio XI, a *Acção Católica Especializada* instituída na maioria dos países católicos do mundo inteiro. Do reconhecimento oficial do segundo resulta a chamada *Acção Católica Geral* cuja importância se está a reconhecer ùltimamente.

O último país a fazer este reconhecimento oficial — que eu saiba — foi o Canadá. (1) Antes dele, salienta-se a França nesta iniciativa. Acrescentem-se, como tendências neste sentido, as fórmulas da Acção Católica não unitária e outras que, embora unitárias, dão maior relevo que a nossa à Paróquia e à figura do Pároco, como são a Italiana e a Espanhola.

A fórmula: «Acção Católica Especializada *e* Acção Católica Geral», devidamente coordenadas pela Hierarquia nos planos diocesano e nacional parece ser a tendência da actual evolução do apostolado leigo organizado. Parece ser uma fórmula de solução para os dois «conflitos» apontados. Mas, seja qual for a fórmula concreta para que se caminha, há que atender à dupla exigência que justifica, nos países em que já existem, as duas formas apontadas de A. C..

---

(1) Cf. Boletim Oficial da A. C. Portuguesa, Set.-Out. de 1954, pg. 143. Transcreve um discurso do Cardeal Léger por ocasião do sínodo diocesano de Montreal na parte que se refere às modificações introduzidas na estrutura da A. C.. Embora o boletim tenha sublinhado a parte relativa à A. C. especializada, o que há de novo e importante é a *aceitação oficial da A. C. Geral* a par daquela.

## A POSIÇÃO DA PARÓQUIA E DO PÁROCO NA LEGISLAÇÃO DA A. C. PORTUGUESA

Afirmei acima que a nossa A. C. Portuguesa foi concebida fundamentalmente em ordem ao apostolado de meio e observei um pouco abaixo que nela se dá menos relevo à Paróquia e à figura do Pároco do que noutras, igualmente unitárias, como a Italiana e a Espanhola. São, aliás, dois aspectos correlativos que saltam à vista de quem percorre as Bases Orgânicas, o Estatuto e o Regulamento Geral da Acção Católica Portuguesa.

A centralização e a especialização foram as duas ideias mestras que presidiram à concepção da nossa A. C.. Os valores paroquiais não foram esquecidos, mas ocupam um lugar relativamente secundário. Não é esta concepção, certamente, a única ou principal responsável pelo medíocre interesse despertado pela A. C. na generalidade do clero paroquial. Para o facto de as quatro Organizações da A. C. P. não estarem fundadas na maioria das Paróquias de Portugal, bem como de ser pouquíssimo o número de Juntas Paroquiais em funcionamento, há outras explicações. Mas, na projectada revisão do Estatuto e Regulamento, parece-me que a posição da Paróquia e do Pároco deve ser objecto de particular atenção. Que a questão não é descurada provam-no, entre outros indícios, o tema de estudos proposto há 3 anos a toda a A. C. e o que está previsto para a próxima reunião dos Assistentes Nacionais, Gerais e Diocesanos a realizar em Agosto próximo.

Examinemos, embora por alto, a questão.

Diz a III Base Orgânica que a A. C. P. tem como base normal de cooperação com a Hierarquia o quadro hierárquico da Paróquia e da Diocese (cf. Estatuto, art.º 4.º). Mas as Secções, mesmo de base paroquial, integram a sua actividade mais nos fins específicos do respectivo Organismo Especializado do que no apostolado paroquial pròpriamente dito. Todo o Regulamento está concebido neste sentido. Assim, p. ex., entre as atribuições da Direcção de Secção, as que se referem à vida paroquial são as seguintes (art.º 12.º, alíneas *f* e *g*): «Levar *os associados* a colaborar na medida do possível, nas obras paroquiais, sobretudo quando superiormente recomendadas, como a catequese, a obra das vocações e seminários, a obra das missões, e a obra dos cruzados de Fátima; promover o espírito de união e de colaboração com os demais corpos

directivos da Acção Católica Portuguesa e com os das Obras Auxiliares, existentes na paróquia». Como se vê, *as Secções como tais* não estão ao serviço do apostolado paroquial, mas sòmente, na medida do possível, *os associados*. Não há que estranhar o facto que é o resultado da concepção fundamentalmente especializada da nossa A. C.. Há apenas que verificá-lo.

Relativamente ao Pároco, ao contrário do que acontece na Acção Católica Espanhola ou Italiana, a sua posição não é a de Pastor hierárquico mas a de simples Assistente.

O estatuto (art.º 96.º) define o Assistente como o «delegado da Hierarquia junto da Acção Católica, acrescentando (art.º 97.º § 2.º) que «os Assistentes das Direcções Paroquiais serão os respectivos Párocos, salvo determinação em contrário do Ordinário Diocesano». O Pároco figura neste lugar e noutros (p. ex., Base VII,5; Estat. art. 59.º — e) como Assistente Eclesiástico, isto é, como *delegado da Hierarquia* e não como *membro da Hierarquia Pastoral* (aos diversos graus da qual a Acção Católica se subordina). Monsenhor Vizcarra, no seu bem conhecido «Curso de Acción Católica», depois de mostrar que os Párocos são verdadeiros Pastores próprios e membros da Hierarquia Pastoral por direito ordinário da Igreja, conclui lògicamente que «os Párocos não se podem chamar pròpriamente Assistentes da Acção Católica em nenhum organismo da sua Paróquia» (Curso, 4.º ed. pg. 210) e diz porquê: «como ninguém pode ser representante de si mesmo, o Pároco não pode ser pròpriamente Assistente paroquial». (1)

Pode pensar-se que a questão é apenas de palavras. Mas parece-me mais profunda. Ao passo que o regulamento da nossa A. C. dá pouco relevo ao papel do Pároco no que respeita à fundação das Secções (art. 1.º § 2.º) e à actividade da A. C. na Paróquia (p. ex., quanto à Junta Paroquial, art.º 35.º 3.º — b), a Base VI da A. C. Espanhola estabelece que «a direcção hierárquica de todos os Centros de cada freguesia é exercida pelo Pároco respectivo em dependência absoluta da autoridade do seu Prelado» e a Base VII acrescenta que «a Junta Paroquial não tem

(1) Evidentemente que pode haver, e há de facto, Assistentes paroquiais pròpriamente ditos. São coadjutores ou outros sacerdotes que, em nome do Pároco, prestam assistência aos organismos paroquiais. Mesmo quando nomeados pelo Ordinário, são Assistentes do Pároco, tal como acontece com os Coadjutores que, embora nomeados pelo Bispo, são Coadjutores, não do Bispo, mas do Pároco (Cf. Mons. Vizcarra, l. c.).

ordinàriamente Assistente porque a dirige pessoalmente o Pároco». O Estatuto da A. C. Italiana também é mais generoso para com o Pároco cujas atribuições define no Cap. IV: compete-lhe promover na Paróquia a organização completa e o movimento da A. C.; vigiar a realização dos programas aprovados pela Autoridade eclesiástica diocesana (art. 53.º); prestar assistência espiritual (art.º 54.º); convocar e presidir o Conselho *(Consulta)* paroquial (1); e aprovar as deliberações da Junta Paroquial.

Parece-me poder concluir que, no que diz respeito à posição jurídica do Pároco relativamente à A. C., devemos atribuir-lhe uma dupla personalidade: a de Pároco, ou seja, a de membro da Hierarquia Pastoral que, embora dependentemente do Bispo, *pode ter iniciativa normativa,* e a de Assistente com as funções que lhe atribui o Estatuto (art.º 96.º). (2)

## DUAS SUGESTÕES

Seja qual for a fórmula adoptada — Acção Católica de tipo único ou coexistência das duas formas de Acção Católica — é inegável a necessidade de mútuo entendimento e franca colaboração entre as duas referidas correntes de apostolado, entre a Paróquia e os movimentos especializados. Entre nós, embora as disposições regulamentares sejam bastante radicais, há larguíssimas possibilidades de sincera compreensão e de fecunda actividade comum.

Sejam-me permitidas duas sugestões em ordem a esse objectivo.

---

(1) Este *Conselho* tem por finalidade coordenar *todo o apostolado na Paróquia,* o da A. C. com o de outras Associações, obras e Instituições. Difere portanto da nossa Junta Paroquial que dirige e coordena, *em ordem aos fins gerais da A. C. P.,* não todo o apostolado da Paróquia, mas o das Organizações da A. C. P. e o das Obras Auxiliares.

(2) Vem a propósito citar as seguintes observações de Mgr. Courbe, Bispo Auxiliar de Paris e Secretário Geral da A. C. Francesa, na comunicação sobre o Assistente Eclesiástico que fez ao Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos (Actes, t. II, pg. 237): «Onde existem movimentos de Acção Católica Geral e de Acção Católica Especializada, os primeiros orientando os seus filiados para as actividades apostólicas paroquiais, e os segundos preparando-os em ordem à cristianização dos meios de vida, o papel do Assistente não é o mesmo. No primeiro caso (tratar-se-á, na maioria dos casos, dos párocos), a autoridade do padre será mais acentuada. No segundo caso, o Assistente deve ter em conta o facto de que o leigo age num meio em que possui competência própria cujo livre exercício importa respeitar».

Umas das dificuldades para o entendimento mútuo entre movimento paroquial e movimentos de apostolado específico está na incompreensão, por parte dos Párocos, da necessidade desses movimentos. A explicação é simples e já a esbocei acima. O ângulo de visão é sempre pequeno para quem vê as coisas de perto. Ao Pároco escaparão, portanto, muitas das realidades que não dizem directamente respeito à Paróquia.

Para alargar o seu campo de visão, de modo a abranger problemas mais vastos, mais gerais e, de certo modo, mais graves, que se põem à Igreja, aconselha o Cónego Boulard que se reunam os Párocos por zonas mais ou menos vastas para estudarem fraternalmente problemas de pastoral.

Exemplifica: o Pároco isolado na sua Paróquia, assoberbado com o trabalho, não pensa senão no que é imediato: confissões, baptizados, catecismo, sacramentos... Se reunirmos vários Párocos duma vigararia, já a sua conversa se orientará para métodos de catequese, organização de festas, etc.. Se os Párocos reunidos pertencerem todos a uma «zona humana» (que inclui normalmente várias vigararias de características sociológicas semelhantes), então as atenções dirigir-se-ão para as grandes influências que atingem as várias paróquias: um centro urbano, uma concentração industrial, etc.; e, expontâneamente, lhes surge aos olhos a necessidade de reprimir ou transformar em sentido cristão essas influências. A fórmula da A. C. especializada aparece-lhes com grande evidência. De então em diante, já lhes não parecerá favor *aceitar* na Paróquia uma J. O. C. ou uma L. I. C.. Serão eles os primeiros a reclamar esses movimentos de apostolado especializado e a dar-lhes todo o apoio. (1)

Os congressos de Pastoral contribuem para este efeito, mas os resultados serão muito mais fecundos se as reuniões abrangerem apenas «zonas humanas» tais como as define o Cónego Boulard. Nelas se lidarão com realidades concretas para as quais se procuram soluções concretas, umas e outras interessando directamente e vitalmente todos os presentes, ao passo que nos congressos os assuntos serão tratados de forma mais genérica e o interesse é mais parcelar e diluido.

---

(1) Cf. «Premiers itinéraires en Sociologie Religieuse», pg. 103...

A segunda sugestão diz respeito ao pleno aproveitamento das possibilidades de coordenação, orientação e vitalização das Juntas Diocesanas e Paroquiais da Acção Católica Portuguesa.

As Juntas Paroquiais quase não existem e as Diocesanas têm-se limitado quase às funções burocráticas que o Regulamento lhes assinala. Embora seja fundamental a especificação por sexos e idades (da qual resultam as quatro «Organizações»), levá-la aos extremos limites terá como resultado menosprezar, pelo menos, dois dados básicos do apostolado leigo: a Família, célula fundamental de apostolado, e o convívio, na vida real, de homens, mulheres, rapazes, raparigas e crianças nos vários meios sociais. Parece evidente que um jucista tem mais interesse em colaborar com uma jucista do que com um jacista. Ora tais relações «horizontais», na actual orgânica da A. C. P. só se podem estabelecer de maneira ordinária através das Juntas. As suas funções são, portanto, fundamentais.

No plano paroquial, a Junta pode ser verdadeiramente o «quartel general do apostolado leigo» com que tantos Párocos zelosos sonham, procurando talvez o que já está achado...

Mas, além destas vantagens que resultariam directamente em benefício do apostolado da A. C. P., há uma actividade que as Juntas, melhor que qualquer outro organismo, poderiam vir a desempenhar. Trata-se da descoberta, à luz e pelos processos da Sociologia Religiosa, das realides sociais, espirituais e religiosas das Dioceses e das Paróquias de Portugal.

Mostrou-se o Santo Padre algo surpreendido com os resultados do primeiro inquérito à cidade de Roma e apelou, já pela 2.ª vez, na última exortação aos Párocos e Pregadores quaresmais da Cidade Eterna, para que as realidades socio-religiosas sejam cientìficamente averiguadas.

Ete trabalho esá por fazer em Portugal. Não temos, sequer, uma carta geográfica das Paróquias, não sabemos quantos lugares de culto existem, não conhecemos os números mais elementares relativos à prática religiosas nas diversas Dioceses e Paróquias. Há que «fotografar» sociológica e religiosamente o País para que, à base da Carta Religiosa de Portugal e dos dados da Estatística Religiosa, os nossos Prelados e os dirigentes da A. C. e das várias obras e Instituições da Igreja possam orientar, com melhor conhecimento de causa, toda a actividade de recristianização da nossa Terra.

Um Secretariado Nacional de Estatística Religiosa parece-me indispensável. E as Juntas Diocesanas e Paroquiais — além, evidentemente, do clero paroquial — seriam os seus melhores auxiliares no muitdo que há a fazer neste domínio.

A descoberta destas realidades, que todos muitas vezes olhamos sem ver, seria, além de poderoso estímulo para a acção, um dos meios mais eficazes para atingir essa compreensão tão necessária entre a Paróquia e a Acção Católica.

P.e MANUEL FRANCO FALCÃO

# A EDUCAÇÃO DA PUREZA

## O PROBLEMA DA INICIAÇÃO

*(Continuação)*

Esclarecida a idade da iniciação vem a lume precisar as características desta. Seguindo o método estabelecido na maior parte dos autores consultados (2), que mais não dizem do que foi dito por Pio XII à Assembleia dos Cardeais e Arcebispos franceses (La Croix 18 de Março de 1952), podemos fazer o seguinte esquema:

*A iniciação não deve ser feita* pùblicamente; por leituras; pela comparação com animais; por acumulação de pormenores fisiológicos.

I — *Não deve ser feita em público* e, por isso mesmo, diante de qualquer classe ou grupo de catequese. Este é, todavia, um princípio que admite excepções. Assim, é mesmo de aconselhar que ao sermos interrogados pùblicamente não fiquemos calados. Devemos satisfazer de certo modo a inteligência da criança para não nascer no seu espírito ou no dos companheiros a ideia de que não se pode tocar em tal assunto. Não se deve todavia descer a pormenores. «As coisas sexuais são estrictamente do domínio privado». Compreende-se que assim seja. Apesar de todas as recomendações feitas, as crianças, que naturalmente têm a curiosidade aguçada para tais assuntos, com dificuldade evitariam comentários, conversas e insinuações que poderiam lançar a perturbação em crianças mais novas ou menos desenvolvidas.

II — *Não deve ser feita por leituras.* Quem pensar um pouco entende fàcilmente a razão de ser desta afirmação. Em regra, as crianças impressionam-se muito mais com as verdades lidas em qualquer livro do que com as palavras e conselhos que lhes são dados. O próprio clima da leitura, normalmente feita a sós, obriga-as a um espírito de maior concentração.

(1) M. Rigaux citado em Arte das Artes — pág. 91
(2) Lemaire; Joseph Duhr; J. Renault; Jean Viollet; M. Rigaux; Gaston Courtois.

Por isso «a palavra lida e susceptível de ser relida produz na imaginação uma impressão mais profunda que a palavra ouvida». Acontece depois no correr da leitura surgirem inevitàvelmente vocábulos e expressões que não conhecem ou não conseguem enquadrar na narração. Daí o perigo de recorrerem aos dicionários ou a conpanheiros mais velhos que nunca se contentarão com uma explicação séria e sumária.

III — *Não deve ser feita por comparações com animais* — Desse confronto têm de gerar-se necessàriamente ideias falsas ou pelo menos parciais.

Confundir a geração humana, por exemplo, com o instinto mecânico dos animais é mostrar à criança a parte animal do acto gerador, amputando-lhe as suas verdadeiras dimensões espirituais. Chamando a atenção dos pequeninos para um acto meramente animal, traz consigo um duplo perigo. Além desse espectáculo ficar para sempre gravado na sua imaginação com todos os seus pormenores materiais e selvagens, deseduca a sensibilidade da criança que dificilmente conseguirá depois integrar o acto da geração humana dentro do plano providencial que Deus lhe marcou.

IV — *Não deve ser feita por acumulação de pormenores fisiológicos* — Se a comparação com animais tem o seu quê de brutal, o mesmo se poderá dizer — se bem que em menor escala — do método que pretende iniciar a criança no mistério da vida à base de descrições demasiado científicas e pormenorizadas quer dos órgãos geradores quer da própria geração. Os defensores de tal teoria desconhecem, segundo a expressão de Pio XII a fragilidade inacta da natureza humana e as lições da experiência. (1)

Quanto a pormenores fisiológicos «o melhor é dar o menos possível que, sendo suficiente sem dúvida para aquietar a curiosidade, não seja demasiado para excitar a imaginação.» (2).

A iniciação deve ser: Pessoal e privada; progressiva; verdadeira; discreta e prudente; simples e natural; idealizada.

I — *A iniciação deve ser pessoal e privada* — Já atrás apontei a conveniência destas características quando, frisando por um lado os perigos da iniciação colectiva, amiga e vigilante que vá aos poucos fazendo desa-

---

(1) Encíclica sobre a Doutrina Cristã.
(2) Lemaire — «Le rôle des parents...» pág. 67.

brochar a confiança na alma dos jovens. No dizer de Joseph Duhr a educação sexual exige um clima de confiança total em que esta seja feita de coração para coração porque é necessário que na hora da dúvida, da tentatação, da vertigem, a criança encontre patente o abrigo seguro de uma compreensão amorosa. — Só nesta base se poderá pedir aos jovens iniciados duas promessas imprescindíveis : «nunca falar aos companheiros nestas matérias escabrosas» e «se novos problemas se levantarem ou sentir o desejo de explicações mais precisas nunca as pedir aos colegas». (3)

Eis um sacrifício que só a amizade pode fazer desabrochar na alma das crianças desde que a pessoa que lho pede lhe dê garantias de confiança.

II — *A iniciação deve ser progressiva* — Ninguém de bom senso tentará alimentar uma criança de poucos meses a caldos de legumes. Se tal fizesse, em breve a experiência lhe mostraria que o seu estômago não podia suportar tal género de alimentos. Caso semelhante se dá no campo sexual. Querer revelar, de uma só vez ao jovem iniciado todo o âmago do mistério da vida através dos seus inumeráveis meandros é fornecer à sua alma frágil um alimento demasiado pesado. É que nada há de tão delicado como uma alma cândida: uma palavra realista e brutal pode, no dizer de M.me Vérine, destruir nela toda a candura, toda a poesia, toda a mística. (4)

Daqui se conclui que a iniciação em vez de ser um montão de verdades cruas que em dado momento se atiram à cara da criança, sem atender ao seu desenvolvimento e apenas para descarregar a consciência, é antes um conjunto de conhecimentos que se vão transmitindo aos poucos com amor e delicadeza atendendo sempre às suas necessidades.

É costume apontarem-se 3 estádios na iniciação sexual. O primeiro entre os 3 e os 5 anos «ainda obscuro e vago sem ser falso»; o segundo entre os 14 e os 18 «mais explícito sem ser ainda completo»; o último quando na entrada na carreira militar ou na Universidade «já límpido e claro», isto é, com a própria indicação dos perigos a enfrentar e a consequente explicação das doenças venéreas.

Há ainda quem aponte, com razão, uma quarta etapa a quando do contacto com a rua e a escola — entre os 8 e os 11 anos.

---

(3) Lemaire — m. cit. pág. 70
(4) Citado em Arte das Artes... pág. 100

Estes estádios progressivos só darão o seu resultado se os pais forem vigilantes e os filhos absolutamente confiados.

III — *A iniciação deve ser verdadeira* — Parece-me que essas histórias de meninos, vindos de França ou trazidos do Céu por cegonhas já não são usadas por ninguém com um mínimo de bom senso. Embora as estatísticas nem sempre sejam de um índice absoluto obrigam-nos neste caso, devido à eloquência dos números, a tomar posição.

Nada mais funesto que essa histórias forjadas para iludir uma curiosidade legítima e natural. Além de trazerem a desorientação ao espírito da criança que mais tarde ou mais cedo dá pelo ludíbrio, fazem-lhe perder a confiança nos pais e encarar o problema da pureza como um bicho de sete cabeças de que não é lícito falar. — Isto para aquelas crianças que ainda acreditam em histórias.

J. Renault conta-nos no livro «La pureté» o sugestivo caso de um rapazinho a quem a mãe tentou iludir dizendo-lhe que os meninos se compravam. Passados poucos dias, a criança que não esquecera a explicação perguntou de chofre aos pais, incapazes de lhe responderem: «mas se os meninos se compram como é que as mães pobres que não têm dinheiro têm mais filhos ?»

Não duvidemos da esperteza das crianças. Convençamo-nos de que, embora não tendo o direito de saber toda a verdade, se lhes deve falar sempre a verdade.

IV — *A iniciação deve ser discreta e prudente,* de modo a não ferirmos com a crueza das explicações a delicadeza dessas almas virgens. É esta delicadeza do sujeito que exige e «requer delicadeza de pensamento, de expressão, de palavra».

Não se nega a dificuldade de conciliar a prudência e a discreção com a verdade exigida, muitas vezes, por crianças precocemente desenvolvidas. No entanto, sem estas duas virtudes a verdade pode ferir e até matar em vez de ser luz que dissipa as dúvidas levantadas.

Este ponto é importante principalmente no tocante a meninas. Pela própria natureza dos seus sentimentos, repugnam, às raparigas, as descrições demasiado cruas e grosseiras que instintivamente lhes ferem o natural pudor. Por outro lado, devido à intuição própria do seu sexo e à

subtileza do espírito, apreendem fàcilmente a verdade sem que tenhamos de apelar para explicações demasiado materiais ou minuciosas.

«Uma rapariga a quem foi revelado, com vivas imagens realistas, a anatomia e fisiologia dos órgãos reprodutores dos dois sexos, foi tão inàbilmente iniciada e concebeu tal repugnância pelo casamento que não mais quis ouvir falar dele». (1)

V — *A iniciação deve ser simples e natural* — Muitos dos conceitos errados que as crianças têm em matéria de castidade nascem da maneira artificial e comprometida como os pais e educadores tentam abrir-lhes os olhos.

As suas atitudes enfáticas e solenes fazem descobrir ao iniciado um véu de mistério que não sabe bem precisar mas que pressente no ar pouco natural de quem lhe fala de tais assuntos. Isto, em vez de sossegar os miúdos, aguça-lhes fatalmente a curiosidade. Há, pois, que cortar de raiz com todo o artificialismo.

Falar-se-à da pureza, dos seus perigos e cautelas como se fala do mau tempo, da bomba atómica ou da descoberta do Brasil.

Fazendo-lhe encarar o mistério da vida como um facto natural adentro dos desígnios da Providência de Deus, ajudemos a criança a ter ideias exactas, isto é, a não dar excessiva importância aos problemas sexuais. Para isso, há que tentar evitar quaisquer explicações menos cuidadas em que as palavras nos atraiçoem ou em que venhamos a ruborizar-nos.

VI — *A iniciação deve ser idealizada.* Já várias vezes foi abordado este aspecto porque, no fundo, ele não é mais que uma síntese das características já focadas: prudência, naturalidade, discreção, delicadeza. Todavia parece-me ilucidativa esta afirmação de Baden-Powel : «O conhecimento verdadeiro do processo da reprodução não é suficiente. O seu carácter sagrado, enquanto colaboração com Deus Criador, deve ser posto em destaque e, se for exposto logo nos primeiros graus da educação, este carácter sagrado da grande lei natural marcará as almas com uma recordação duradoira e salutar, para defesa nas horas difíceis dos anos futuros».

Devemos, pois, trabalhar para que «o pormenor material seja de qual-

---

(1) Joseph Duhr — ob. cit. pág. 103

quer modo afogado, absorvido pela beleza moral da tríplice colaboração do pai, da mãe e de Deus». (1)

*

* *

Eis um possível esquema de iniciação sexual a que tentei ligar meia dúzia de explicações. Todavia, mais uma vez repito, a educação da pureza não poderá resolver-se por uma mera iniciação. O problema é muito mais complexo. Pressupõe além dos aspectos negativos focados, os meios positivos e os meios sobrenaturais. Só da conjugação harmónica de todos estes meios poderá resultar uma educação completa e equilibrada.

De que serve, na verdade, estar a criança prevenida quanto a todos os perigos se não tem a vontade educada para saber resistir, no momento oportuno, ao assalto das paixões ? E como pode conceber-se que a vontade chega a um verdadeiro auto-domínio se não usar dos meios sobrenaturais que a graça de Deus lhe oferece através da Igreja ?

Há, pois, que apelar para uma verdadeira educação do pudor, da sinceridade, da vontade, do amor ao trabalho, do espírito de sacrifício para que, coroada com o gosto da presença de Deus, da fidelidade à oração e do amor aos sacramentos, possa fornecer à criança as armas infalíveis da vitória.

Foerster apresenta no seu livro «Moral Sexuelle et Pedagogie Sexuelle» um capítulo admirável em que mostra que a educação sexual não é mais que o resultado de uma educação integral do homem. (2)

Sem dúvida que as suas reflexões nos ajudarão a ter horizontes mais rasgados quanto ao problema da pureza.

«A simples iniciação não fornece recursos quando a violência dos impulsos inferiores não é assegurada por uma formação geral e metódica do carácter, antes de mais por uma enérgica ginástica da vontade».

Aponta depois como erro perigoso dos nossos dias o demasiado interesse dado à inteligência que leva a tentar resolver o problema por uma pura influência intelectual: «Que a vontade esteja bem educada eis o que é mil vezes mais importante que a preparação da inteligência.

---

(1) Joseph Duhr. —ob. cit.
(2) Pena é que não foque bastante o aspecto sobrenatural.

A pedadogia sexual deve ser em primeiro lugar uma pedagogia da vontade. Não que neguemos a necessidade da iniciação, mas não devemos colocá-la no conjunto da educação sexual, mais do que num plano secundário, ao contrário de muitos pedagogos modernos que lhe atribuem o papel primordial.

É por isso que a melhor pedagogia sexual é aquela que não diz das coisas sexuais mais que o indispensável mas que, ao contrário, se esforça por desenvolver todas as forças do carácter e todos os hábitos que levarão os jovens a tomar a atitude espiritual conveniente perante o acordar dos impulsos».

E, linhas abaixo dá em três pinceladas concisas os traços fundamentais da educação da pureza :

— «É por isso que eu queria declarar aqui, e é a minha convicção fundamental nesta matéria, que a melhor educação sexual é uma educação geral.

Eu insisto : uma educação geral.

A atitude sexual de um jovem é o produto de toda a sua educação. Se ela foi mole e superficial, ou ùnicamente intelectual, a criança será sempre, apesar da mais perfeita iniciação, vítima da primeira tentação; se ela foi aproveitada para fortificar sempre o sentimento da honra diante de tudo o que é sensual e vulgar, ela saberá, mesmo sem iniciação, aquilo que deve evitar».

Diante de tais afirmações descobrimos as profundas medidas do problema dentro do plano natural. Baptizemo-las com os meios sobrenaturais que o Senhor generosamente nos entregou e ajudemos a crescer em número esses jovens de olhos puros e corpos castos que a Igreja abençoa e de que a sociedade precisa.

ALBERTO NETO

# A POMBA



A simbologia é uma forma de arte em que o homem tenta ver no ser corpóreo algo superior a este com que estabelece certos laços de afinidade.

O cristão é o homem divinizado e porque divinizado mais humano. Não admira, por conseguinte, que entre os fiéis, membros de Cristo Homem-Deus, o símbolo tivesse alcançado grande incremento. São disso monumento imorredoiro as catacumbas romanas.

Difícil se torna elaborar um estudo sério que abranja a amplidão imensa dos símbolos cristãos. Limitemo-nos por agora ao que a pomba trouxe para o campo da pintura dos primeiros séculos da Igreja.

A pomba desde tempos remotos, entrou nas fábulas e símbolos, desempenhando papel importante quer na mitologia quer na arte cristã primitiva.

Dizia-se que Júpiter fora alimentado por pombas. Estas vêem-se com frequência nas representações de Vénus.

Através da História do Povo Escolhido tem a pomba lugar de preponderância. É assim que nos Livros Santos lemos abundantes referências à sua intervenção na própria história bíblica ou às suas características significativas. É a pomba da Arca de Noé que lhe traz a nova do seu salvamento e da existência de terra seca.

Nos sacrifícios da Antiga Aliança é a pomba o único volátil admitido à oblação. Aparece, pela vez primeira, quando do pacto entre Yahweh

e Abraão. (1) Nos sacrifícios pròpriamente ditos, a oferta de duas rolas ou pombas era necessário sempre que um voto de nazirato tivesse sido violado (2) e para expiação de certas impurezas corporais. (3) Também se permitia a oferta de duas rolas ou pombinhas a quem era demasiado oneroso empregar vítimas. (4) Maria, ao apresentar Jesus no Templo, não faz mais que usar desta cláusula da Lei para cumprir o que estava preceituado. (5)

Mas nas Escrituras Sagradas encontram-se igualmente referências a muitas propriedades de que a pomba é ornada. Evocando a rapidez dos bandos de pombas, mostra Isaías as nações acorrendo pressurosas para Jerusalém nos dias vindouros do Messias prometido. (6) Do mesmo modo, cobiça David a mobilidade da pomba para fugir aos inimigos e entrar em descanso tranquilo:

> «O si haberem pennas sicut columba,
> avolarem et quiescerem». (7)

Outras vezes, o arrulho lembra, na voz do profeta, o lamento e a dor:

> «Todos nós rugimos como ursos
> E gememos sem cessar como pombas.
> ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ...
> Porque inúmeras são diante de Ti as nossas transgressões,
> E os nossos pecados dão testemunho contra nós!» (8)

Oseias reprova a atitude de Efraim que, se deixa seduzir por alianças nefastas, tal como a pomba se deixa fàcilmente apanhar. (9) Jesus Cristo, mais tarde utilizará a analogia para exortar os apóstolos a que sejam «prudentes como as serpentes e simples como as pombas». (10)

---

(1) Gen. XV, 9-10.
(2) Num. VI, 10.
(3) Lev. XV, 14, 29.
(4) Lev. XII, 8, 22, 30.
(5) Lc. II, 24 b.
(6) Is. LX, 8.
(7) Ps. LIV, 7. Cf. Os. XI, 11.
(8) Os. VII, 11.
(9) Is. LIX, 11-12. Cf. Is. XXXVIII, 14; Nat. II, 8; Ezech. VII, 16.
(10) Mf. X, 16.

SIMBOLISMO. Fez Deus desencadear sobre os homens o terrível castigo do dilúvio onde todos os homens e a natureza inteira, solidarizada no mal com o rei da criação, sofreram a punição justa de seus crimes. Mas o Senhor poupou a Noé, Homem Semente, e a sua família. Ordenara-lhe construísse uma grande arca para si, para os seus e para os animais que haveria de designar... E as águas caíram abundantes por largos dias... Tendo-se Deus lembrado de Noé, segundo o dizer antropomórfico do autor sagrado, fez descer as águas. Pararam as chuvas e sentiu-se soprar o vento... «Mandou Noé uma pomba para ver se as águas tinham diminuído de cima da superfície da terra; mas, não encontrando sítio algum onde repousasse, voltou para a arca. (...) Esperou então sete dias e de novo enviou a pomba. E a pomba regressou pela tarde, trazendo no bico um ramo de oliveira com folhas verdes. Desta forma soube Noé que as águas tinham cessado sobre a terra. Aguardou ainda mais sete dias e reenviou a pomba; esta, porém, não voltou mais». (1)

Com base nesta singela narração genérica a pomba começou a simbolizar a libertação e o ramo de oliveira ficou a ser como que o anúncio do renascimento do mundo.

Na iconografia cristã é a Arca um dos temas mais usados como tipo do Baptismo ou, mais comumente, como figura da Igreja, fora da qual não há salvação.

Desde o séc. II, os cristãos viam na Arca e na pomba o sinal que lhes recordava a hora memorável da sua entrada na Igreja mediante as águas regeneradoras do Sacramento. O dilúvio lavara da terra os crimes humanos; o Baptismo purifica a alma de toda a mancha, como autêntica chuva de graça. A pomba com o ramo fora para Noé uma certeza; para o novo cristão é ela a paz que Deus lhe concede. Esta ideia tão generalizada entre os fiéis desenvolve-a Tertuliano na sua obra «De Baptismo».

Nos monumentos funerários a Arca e a pomba adquirem um simbolismo um pouco diverso. É o da alma liberta das penas infernais e introduzida na felicidade suprema. Aliás este sentido é deveras consentâneo com o voto que os fiéis exprimiam em relação aos defuntos: PAX

---

(1) Gen. VIII, 8-12.

TECUM, PAX TIBI, ou IN PACE. Daqui o facto de Noé representar o fiel salvo da eternidade odiosa e admitido na angélica mansão.

Somam ao todo 33 os frescos das catacumbas de Roma que nos oferecem a cena da Arca: o mais antigo, dos fins do primeiro século, faz parte do hipogeu de Domitila; há um do séc. II no cemitério de Priscila; os restantes são dos séc. III e IV.

Desta sorte, a pomba com o ramo designa a paz do reino celeste que os amigos desejam ao morto simbolizado por Noé.

Já no séc. II a pomba surge desligada da Arca. Até ao fim da antiguidade representa-se com o ramo no bico ou nas patas, figurando a paz dos céus. É exemplo típico o mármore existente no museu epitáfico de Latrão (parede IX, 38) onde se mostra ao lado direito uma pomba com o ramo acompanhada da legenda: PAX.

Encontramo-la, ainda com o mesmo significado, agrupada com outros símbolos: o peixe, a âncora, o cordeiro, o navio, a palma, o monograma de Cristo, etc.

São inúmeros os mármores onde é pintada uma orante em cuja direcção voa a pomba que lhe leva a paz eterna.

É curioso o fresco da catacumba de Priscila que apresenta os três hebreus na fornalha e a pomba: indica a libertação do fogo eterno e apregoa o sossego divino.

Da pomba com o ramo de oliveira simbolizando a alma do fiel no descanso feliz se chega à pomba sem mais nada, para designar a alma humana.

Já nos escritos antigos da literatura cristã aparece semelhante concepção, mormente quando contam a morte de mártires e santos de cujos corpos saía a alma sob a forma de pomba. O *Martyrium Polycarpi* atesta que à morte do santo bispo uma pomba saíu do seu corpo: «saíu uma pomba e grande quantidade de sangue». (1)

A pomba torna-se, pois, imagem da alma cristã, porque as suas qualidades simbolizam as virtudes da perfeição.

Eis o que querem dizer os epitáfios do sec. III com a expressão «palumbus sine felle» e Tertuliano quando escreve: «...animal simplici-

---

(1) Martyr. Polyc., c. XVI

latis et innocentiæ, quod etiam corporaliter ipso felle caveat» (1). O mesmo confirma a denominação das almas por «espíritos santos» (spirita sancta), baseada com certeza na figura sob que a Terceira Pessoa Divina desceu no Baptismo de Jesus.

Caminhando nós no Tempo verificamos que os cristãos ou pintavam apenas o volátil ou faziam-no acompanhar de certos objectos, conservando o mesmo valor simbólico, ou substituiam o ramo por uma coroa de louros. O último grupo assinala que quem dorme no pó recebeu a glória celeste e jaz na eterna mansão, reinando em Cristo.

Para indicar o gozo da beatitude está a pomba ao lado de uma árvore ou no meio de um jardim. É o caso do epitáfio de Pancarus (catac. de Calisto).

Inculcam melhor ainda a mesma ideia os mármores do sec. III em diante, que reproduzem a pomba debicando frutos de um ramo ou de uma árvore, ou comendo do cacho de uvas que tem diante de si. Tal simbolismo coaduna-se harmoniosamente com estoutro: a pomba e o cântaro, conjunto muito usual a partir do séc. III nas pinturas de Priscila e outras. Mostra estreita relação com esta forma simbólica a pomba que bebe de um cálix.

Mas a simbologia da pomba não se limita a figurar a alma e a paz do eterno prémio. Ela é riquíssima de sentidos. Além de simples motivo de ornamento e devoção, é imagem da paz divina, da graça santificante, do amor, da doçura, da simplicidade, da inocência, de Cristo, da Virgindade de Maria e da Igreja, da Ascensão do Senhor, da inspiração divina, do martírio, da ressurreição, da fidelidade conjugal; 7 pombas representam os dons do Espírito Santo; 12, os apóstolos; pombas bebendo de uma fonte a regeneração do Baptismo, etc.

Silenciando o que diz respeito à pomba eucarística vamos determo-nos na pomba como símbolo do Espírito Santo.

Os quatro Evangelhos testemunham a aparição da Terceira Pessoa Divina sob a forma de uma pomba, logo que Jesus se fizera baptizar por João.

A arte pictural antiga não esqueceu de modo algum este quadro

---

(1) De Bapt., c. VIII; P. L. I.. 1317

neo-testamentário. Provàvelmente o fresco mais primitivo que possuímos é o do «cubiculum duplex» da cripta de Lucina (cemitério de Calisto), de 0,m61 de altura por 0,m43 de largura, que apresenta o Baptismo do Salvador; pertence a uma época muito próxima dos tempos apostólicos. No mesmo cemitério, agora nos «quartos dos Sacramentos», estão duas representações da dita cena, onde o Precursor baptiza Jesus que aparece como criança; a certa distância a pomba que voa. Esta é colocada acima de Jesus no mármore do cemitério de Pedro e Marcelino. Virada para baixo, na direcção de Jesus na atitude de orante é pintada noutro fresco do cemitério ùltimamente citado (sec. IV).

A pomba notabilizou-se ainda como imagem da actuação do Espírito Santo nas almas, e o seu valor foi enriquecido pelo uso incessante que dela têm feito os cristãos.

*Miranda Braga*

# ASPECTOS CRISTÃOS DO PLATONISMO

*(Cont.)*

Tratando do humanismo platónico, havíamos examinado, no número de Maio, a estrutura essencial do homem. Podemos, pois, encarar a segunda pergunta: *Que ideal norteia o homem? Qual o sentido desta vida que vivemos?*

II — Cícero disse de Sócrates que este fez descer a filosofia do céu à terra. De Platão, dir-se-á que, tal como a águia planando em altas regiões, fez subir de novo a filosofia ao céu, e aí ficou em êxtase, face a face com o ideal. (1) Se com razão pôde o Dr. Garcia Brito formular tal asserção de toda a filosofia platónica, ela atingirá, todavia, sentido pleno, se for dita do ideal de vida, proposto pelo nosso filósofo, «o aristocrata das experiências mais altas», (2) como lhe chamou Sciacca.

O homem veio de Deus e é para Ele que tende num esforço de alma e inteligência. Nascemos com a marca das Ideias, de Suma Bondade, de Beleza Suprema; e para elas caminhamos neste mundo. *Itinerário para Deus,* assim concebe Platão, a vida do homem sobre a terra.

Eis onde se situa a grande ponte de ligação ao Cristianismo; vislumbrou-a Platão num momento e tentou traduzir-se em linguagem capaz de ser entendida. Usou para isso da celebérrima alegoria da caverna. Importa que nos demoremos nela. Mas advirto que ela, sendo um mito explanatório, não pode ser tomada senão como simples recurso de que Platão se serviu para incutir uma ideia-base, verdade intuitiva do seu talento, fulcro de todo o platonismo: *Para além do que é, há o que deve ser.* Se desencarnarmos tal forma poética, analisando-a pormenor a pormenor e perdendo, portanto, o seu conjunto, corre-se o risco de falsear o pensamento de Platão. E passo imediatamente a expô-la:

«Imagina um grupo de homens soterrados, desde a infância, numa caverna, com pesados grilhões nos pés e no pescoço, de costas para a entrada, sem poderem lobrigar mais do que se lhes apresenta à frente. Lá fora, os revérberos de uma fogueira acendida ao longe, numa encosta, cujo clarão incide sobre as suas espáduas. Por entre a fogueira e os prisioneiros rasga-se, em declive, uma vereda escarpada. Ladeando essa vereda, desfilam bandos de homens, levando estatuetas, uns silenciosos, outros conversando. De todo este espectáculo, os prisioneiros só vêm as sombras projectadas no fundo da caverna pelo clarão da fogueira».

A isso chamam eles realidade; nada mais vêm (comenta Platão). E continua: «Caso estranho, porém: Desalgemado, de repente, um prisioneiro foge; a luz intensa ofusca-o, e não lhe permite ver com nitidez os homens, as estatuetas e todos os outros objectos. As verdadeiras realidades que agora vê, toma-as por sombras e às sombras da caverna, por realidades. Arranquem-no da masmorra, façam-no subir a montanha e exponham-no à luz do sol! Não distingue ainda os objectos; o brilho cega-o. Mas uma aclimatação progressiva ao ambiente, fá-lo-á admirar todo esse mundo que não conhecia, e sentir-se-á, finalmente, feliz, julgando infeli-

---

(1) «*La pensée philosophique a travers les âges — L'Antiquité*» pg. 151
(2) Cit. em *Revista Portuguesa de Filosofia,* Abril- Junho, 1954

zes os que continuam agrilhoados na masmorra». (1) Que página repleta de ensinamentos, quando bem entendida! Platão procura explicar certos dados: a caverna é o mundo visível, iluminado pelo sol, no qual se encontra presa a alma. O cativo que foge e atinge a Realidade é a figura do homem, elevando-se ao mundo inteligível. O Sol, a ideia suprema do Bem, Deus. Ao princípio é difícil fitá-lo, mas uma educação metódica o permitirá. E, no fim, após a narração, Platão exclama: «Deus sabe se é verdadeiro o meu pensamento...».

De novo, a pergunta: Qual o ideal do homem? A contemplação da Única Verdade, da Realidade com letra maiúscula, das Ideias Supremas de Bondade, Beleza, de Deus, dirão sem rodeios os cristãos. Assim encarado, o homem surge como um ser existente no mundo, mas cujo ideal não é terrestre, antes, uma finalidade divina. Não diz S. Paulo o mesmo: «não temos aqui cidade permanente, mas vamos buscando a futura»? (2) A transitoriedade desta vida, de que tantas vezes se faz eco a Santa Igreja, não pode ser já encontrada em Platão? Sem dúvida: o esboço é nítido, a perfeição trá-la-á Cristo.

O centro e a razão de ser da vida terrena situam-se para além deste mundo. Um lugar de passagem, campo de experiência — eis o que afirma da terra o Catolicismo. Usando de uma comparação, Platão escreve *claramente* no Timeu: «nós não somos de modo nenhum uma planta terrestre, mas celeste» (3)

É a afirmação de que Deus é o polo da vida humana, e sem esse vértice não existe, no homem, grandeza verdadeira. A inteligência, ansiosa pela descoberta da realidade das coisas, não descansa senão na razão de todo o ser e no princípio de toda a verdade.

A vontade não encontra saciedade nos bens contingentes e sente a sede do Bem, que se possa amar sem quebra — o Bem Infinito.

Aspiração ao transcendente, cuja contemplação dá a felicidade, regresso ao Eterno, ao Inteligível Supremo — propõe ao homem o filósofo da «divina vocação do homem», como já se lhe chamou. «Correi, pois, de tal modo que alcanceis não uma coroa corruptível, mas incorruptível», (4) ou então, «fizeste-nos, Senhor, para Vós e o nosso coração está inquieto enquanto não descansar em Vós», (5) é o apelo do Cristianismo, pela boca de dois dos seus génios de Santidade — São Paulo e Santo Agostinho.

O Ideal está apontado. Como atingi-lo? Nos diálogos «*Banquete*» e «*República*», Platão no-lo explica. O entusiasmo quase místico pelo mundo supra-sensível, funda-se na teoria purificante da fuga da matéria para o espírito. No Teeteto afirma: «daqui desta terra lá para cima, fugir o mais depressa possível». (6) Entenda-se não no sentido de simples abandono do mundo, mas sim, no sentido de caminhar na prosecução da Verdade e da Beleza, que nos aparecem não só como objectos de contemplação intelectual, mas principalmente como algo altamente desejável a que nos esforçamos por nos unir. Qual a via que aí conduz o homem? A libertação dos laços que nos prendem à matéria, separando o mais possível a alma do corpo. (Há aqui o erro latente já referido da união acidental do corpo com a alma). Eis o que é, para o filósofo, «*sair da caverna*», ou melhor, lançar luz na caverna com a verdade que no homem se esconde: a sede do divino, a ânsia de felicidade, que se sacia em Deus, a intuição da sua participação do Absoluto. A realização desse ideal está,

---

(1) Rap. 5-14 — 5-17 a, VII (tradução livre).
(2) São Paulo, *Hebreus*, XIII, 14
(3) *Timen*, 90 a.
(4) I Epíst. aos Coríntios, IX, 24-25.
(5) *Conf.* Livro I, 1.
(6) *Teeteto*, 176 a.

pois, em fugir da ilusão das coisas sensíveis para a realidade verdadeira, ou, como diz o professor Sciacca, na saída do «sonho da vida» para atingir «a verdade da mesma vida». (1)

Recordemos o que o Cristianismo ensina; oposição nítida entre o sensível e o espiritual, distinção do passageiro e eterno, o desprezo do material, sempre inacabado e frágil, e o desejo do que não muda, daquilo que ultrapassa o homem; a necessidade de orientar as aspirações da alma para Deus, mediante a contemplação da Soberana Realidade, e ligação com Ele pelo Amor.

Para Platão, essa fuga do passageiro para o eterno, no fundo, ascensão da terra ao hiperurânio, do Belo Participado ao Belo Absoluto, realiza-se também sob a forma espiritual do Amor, que torna o homem participante da divindade e esta presente no homem. Por ele o homem se torna, de certo modo, divino. Concepção sublime do Enos platónico, que lembra a ágafé cristã: «somos filhos de Deus»... Seremos semelhantes a Ele» diz S. João). (2) Mas não faz mais que lembrar, porque, na realidade, a transcendência do Cristianismo é magnífica. Em Platão, o amor é ávido de verdade e beleza, carece de algum bem. Deus, sendo o Sumo Bem, nada precisa, não ama, portanto.

Na mensagem evangélica, remodelação total: «*Deus caritas est*» — Deus essencialmente Amor. No platonismo não tem sentido a frase do apóstolo S. João: «a tal ponto Deus amou o mundo que lhe deu o seu Filho unigénito» (3) O Mistério do Filho de Deus, verdadeiro Deus como o Pai que, por amor, toma uma natureza humana, fazendo-se em tudo semelhante aos homens, Platão mantendo a coerência do seu raciocínio não o aceitaria. Nesse sentido São Paulo tinha absoluta razão: «Nós pregamos a Cristo Crucificado, que é escândalo para os judeus, e *loucura* para os Gentios» (4) Sim, Platão ficou longe. Todavia, a obra de Cristo é a resposta de Deus aos anelos inquietos do homem por se unir à Divindade, o que o platonismo admite.

No entanto, propugnou Platão a infinita dádiva de amor de Deus aos homens: a participação das criaturas da Verdade, Beleza, Bondade do Criador. É essa noção platónica do «dom gratuito» que o guinda a um elevado grau de espiritualismo, e que o faz aproximar da teologia católica. Tal visão leva-o a exclamar: através das belezas criadas atingimos a Beleza Incriada. Aspiração e esforço constantes para o Bem, através dos seres materiais.

Constitui isto o que habitualmente se conhece como «o método dos graus». Num primeiro, é o amor das belezas corporais, num segundo o «amor das almas belas» — a amizade — que Platão explica não tanto pela semelhança de caracteres nem pela atracção de temperamentos contrários, mas sobretudo pela comum procura do Bem; num terceiro, esgotadas as fontes de beleza sensível, o homem não pode ficar preso às sombrias indecisões de formosura efémera, e, então, surge o amor da sabedoria. Chegado a este momento, já na outra vida, a plena luz da verdade circunda a alma humana, e é a contemplação dquela beleza que não nasce nem morre, não diminui nem aumenta, sem sujeição ao tempo, ao lugar, — a Beleza subsistindo em si mesma. É só pela alegria desta visão, para que toda a vida do homem deve tender, afirma Platão num rasgo de entusiasmo sincero, «é que a vida vale a pena ser vivida». (5)

É isto o desenvolvimento moral, a virtude, mixto de renúncia e progresso,

---

(1) Citado em *Revista Portuguesa de Filosofia*, Abril-Junho — 1954, pg. 115.
(2) I Epíst. S. João, III, 2.
(3) João, III, 16.
(4) 1.ª Coríntios, I, 23.
(5) *Banquete*, 211 a.

que no Teeteto esclarece: «Assemelharmo-nos a Deus tornando-nos justos e santos» (1)

O paralelismo com os cristãos é palpitante; é o eco do *«per visibilia, in invisibilium amorem rapiamur»;* é a afirmação de que os bens criados não são mais que caminho para Deus. Quando o homem faz deles fim, desvia-se da justiça e santidade. Eles, como diz Thibon, «são nada na medida em que são véus interpostos entre nós e Deus; são inefàvelmente preciosos na medida em que se rompem para deixar penetrar a Deus» (2)

No entanto, não nos deixemos levar pela fascinação da ascese platónica (permita-se-me o termo), afirmando a igualdade com o Cristianismo. Bem longe ela está, se a examinarmos em profundidade. Tal caminho vem ao encontro da ascese cristã, mas, no fundo, a *«kátarsis»*, de Platão é mais uma purificação pelo conhecimento que obra de vontade. Trata-se da afirmação do primado da inteligência sobre a vontade, da sabedoria sobre o amor, enquanto este é movimento da faculdade volitiva, e aquela, fruto da actividade cognoscitiva. Santo Agostinho disse: *«para conhecer é necessário amar»;* Platão prefere: *«para amar é necessário conhecer»*. Um e outro têm verdade, mas aqui, com em toda a actividade humana, deve atender-se antes, em síntese, ao homem que conhece e que ama, do que, em análise, à faculdade de conhecr ou amar.

*
* *

III — Se, no meio de tão longos considerandos, não se perdeu o fio lógico, verificar-se-á que uma pergunta ficou em suspenso: *«Que destino espera o homem?»*

A resposta não foi ainda dada explìcitamente, mas ela está, em gérmen, contida na anterior. Quando disse que o homem, segundo Platão, é um ser, vivendo no mundo ligado às condições histórico-sociais, mas aspirando por um Ideal divino, adivinha-se que o destino não é terrestre, antes supra-temporal. Platão viu claramente que o homem veio de Deus e n'Ele há-de aquietar-se. Podem os homens procurar enganosamente as suas satisfações nos bens desta terra; jamais encontrarão plena saciedade de espírito e, quanto mais os olhos se erguerem para o Alto, mais desejam ver e saber. Porquê? A resposta é só uma: vieram do Alto, são do Alto, ao Alto hão-de ascender. Vida sombria, de «cárcere» (no termo platónico) ela não pode ser o fim; a morte, termo duma existência mergulhada em trevas?! Não... Para lá da morte, tem de haver algo que dê sentido ao viver deste mundo.

Platão anteviu-o, e veementemente o afirmou, propugnando a imortalidade da alma humana. E é este capítulo um dos centros mais luminosos da síntese platónica, concedendo a Platão o mérito de ter sido o primeiro dos gregos a provar em rigor filosófico que a morte não é o fim de tudo. Nem neste ponto, o grande Aristóteles conseguiu fazê-lo com clareza que não deixasse margem a hesitações. Da fé forte na imortalidade da alma, são-nos testemunho eloquente as páginas famosas do Fédon, em que é narrada a morte de Sócrates, aquele para quem a morte não foi o términus, mas o começo. Não temeu, porque só tem medo da morte (concebe o filósofo) quem já nesta vida, arrasta consigo a morte do que é bom, verdadeiro e belo.

As afirmações e as provas da imortalidade, atestar-nos-ão a crença na sobrevivência da alma. Os argumentos aduzidos são vários; fixo-me, porém, em dois: o argumento psicológico, e o argumento moral.

A prova psicológica das aspirações naturais da alma vem formulada, do seguinte modo, no Fédon: «Consideremos duas espécies de seres, o visível e mutá-

---

(1) Tecteto, 176 b.
(2) *«Pão de cada dia»*, pg. 178.

vel, e o invisível e imutável. O corpo assemelha-se mais ao que é visível; a alma tem mais semelhança com o que é invisível. *Tende para o que é puro, eterno, imortal e imutável.*

Em razão da sua afinidade com ele, *a ele adere sempre que pode.* A alma invisível dissipar-se-ia ao sair do corpo? De forma alguma. A alma purificada, que nada arrasta consigo de corpóreo, pois que nada quis ter de comum com o corpo, vai juntar-se ao que lhe é semelhante, isto é, ao imortal e invisível». (1) Isto o que diz Platão. Não será o que diz a filosofia cristã, embora desenvolvida com maior pureza e nitidez? As aspirações naturais dum ser devem ser satisfeitas. E não está enraizado na natureza humana o desejo de felicidade? Quem há que o negue? É fácil de verificar que tal sede de beatitude não pode ser plenamente saciada nesta vida, e para isso basta a morte, que se apresenta como o mais contrário à natureza humana. Impõe-se que haja um Além eterno em que a felicidade seja encontrada. Na verdade, a ânsia de imortalidade lateja no fundo do coração humano.

Aponta-se o outro caminho, que se funda na ideia de sanção, largamente arreigada na natureza do homem, e cuja necessidade leva o nosso filósofo a admitir a imortalidade. De facto, onde é que nesta vida se é justamente recompensado pelo bem e suficientemente castigado pelo mal?

Lê-se no Fédon: a alma pura que fez de toda a sua vida uma meditação da morte, fugindo ao convívio com o corpo, irá juntar-se ao que lhe é semelhante, ao que é divino, imortal, e lá tomará posse da felicidade. Pelo contrário, a alma impura, manchada, que viveu sempre com o corpo, amando-o com desvelos, deixando-se seduzir pelos apetites e prazeres, não vendo a verdade senão no que tinha forma corpórea, uma alma assim, depois da morte, é condenada a vagabundar por lugares vários em expiação da sua má vida passada. (2)

O paralelo com o Cristianismo é flagrante, e é este um dos argumentos mais comprovativos da imortalidade da alma, ao mesmo tempo que define uma extraordinária exigência moral.

Mais clara e firmemente, tal advertência moral nota-se no Fédon: «Admitida a imortalidade, uma conclusão se impõe: é que devemos cuidar da alma, não só em atenção à vida presente mas também à futura; incorreríamos em grave perigo, se a descuidássemos. A única salvação da alma está em que ela se torne, em alto grau, boa e sólida. Apenas a sua formação moral e os seus costumes a acompanham na viagem para a outra vida». (3) A elevação espiritual e a concepção ascética deste passo fascina-nos e leva-nos a admirar a convicção daquele que a afirmou, a cinco séculos de distância do advento de Cristo. Aos de Corinto, São Paulo toca na mesma tecla: se não houvéssemos de rssuscitar «porque nos expomos também nós a perigos a toda a hora? Comamos e bebamos porque amanhã morreremos». (4)

Do que acima refiro sobre a necessidade de viver em conformidade com o pensamento do Além, não será fácil encontrar um eco naquele «*quid hoc ad alternitatem*» cristão de São Francisco Xavier?

Fica, pois, magnificamente apontado o destino do homem. Surpreendem-nos no entanto, os erros cometidos por Platão, ao admitir a metempsicose e certas descrições mitológicas do destino das várias almas; sem dúvida que nos repugnam à sensibilidade, opõem-se à verdade filosófica, contrariam a doutrina do Cristianismo, e lançam até Platão em contradição consigo mesmo.

---

(1) *Féd.* IV, pág. 47-49 — condensado (ed. Atlântida).
(2) *Féd.* IV, pg. 50-51 (ed. Atlântida).
(3) *Fédon* 107 cd (ed. francesa).
(4) 1.ª Corintios XV, 30-32.

Todavia, como não admirar as verdades agrilhoadas por esse erro? A verdade do castigo aos impuros, e a afirmação bela de que só é dado contemplar Deus a quem conserva a pureza de alma. Platão viu tudo isso, mas não soube dar-lhe melhor solução. A verdadeira e a única trá-la-á a mensagem de Jesus Cristo.

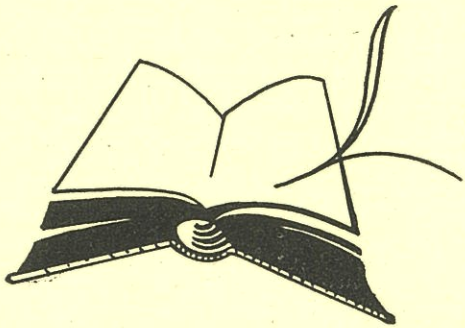
*
* *

Vamos chegando ao fim. Ocorre-me ao pensamento o parecer de Field: afirma ele que, ao ver-se de perto Platão, fica-se mais dominado pela verdade que nos sugere do que por aquela que claramente nos diz, com perigo, talvez, de se concluir mais do que o filósofo, quis na realidade transmitir.

Não sei se sucedeu o mesmo comigo. Talvez. Mas não é verdade que o filósofo vale na medida em que, para além do que está dito, deixa entrever verdades mais nobres e elevadas? O Platonismo, quer afirmando a existência e providência Divinas, exaltando as suas perfeições ou cantando a dádiva aos homens da participação divina, quer marcando no homem o primado do espírito sobre a matéria ou colocando na Sabedoria, Bondade e Verdade de Deus o termo das aspirações humanas, quer ainda propugnando a espiritualidade e imortalidade da alma e, enfim, pela grande luz da verdade que insinua projectar nos espíritos humanos pré-cristãos, o Platonismo, repito, merece ser considerado como arauto que veio acordar nas almas o desejo da única e verdadeira sede de VERDADE, Sabedoria e Amor — o CRISTIANISMO..

Apropriando um pensamento de Gustave Thibon afirmarei que Platão «*partilhou do segredo divino do homem e do mundo*», e o Cristianismo, com a doutrina excelsa do «Verbo que se fez carne», para além do segredo divino do homem e do mundo, *partilha do segredo humano de Deus.*

António Carrilho Ribeiro



# Livros novos

## Ladainha do Sagrado Coração de Jesus (1)

*Fr. Francisco Wakkers SS. CC.*

Entre uma literatura miúda e abundante sobre o coração de Jesus este livrinho tem lugar notável. O autor, ex-professor ilustre deste Seminário, escreveu-o com amor e inteligência. E assim opõe-se a certas deformações desta devoção que por aí há: pieguice redutora da religião ao sentimento, egoísmo das intenções e superstição que só nas dificuldades o impetra.

Desenvolvendo as invocações da ladainha, o autor fundamenta-se teològicamente e isto em síntese e singeleza. A impressão geral esquematiza-se nas verdades contrárias aos erros apontados: culto ao Coração de Jesus na contemplação e acção, o realizar da Sua vontade e glória e a nossa inteira consagração a Ele, em tudo, por tudo e sempre.

*Coração de Jesus, Filho do Pai Eterno* — Primeiro a divindade de Jesus na vida íntima da Santíssima Trindade. «O Filho do Pai Eterno é adorável, como é adorável também o Seu Coração» (pag. 10).

— *Coração de Jesus, de cuja plenitude todos nós recebemos* — Depois, Jesus Redentor transbordante de vida e graça para nós. «E como todas essas comunicações são obra do seu amor, é com razão que se atribuem ao seu Divino Coração» (pag. 58).

Cada título da ladainha é seguido duma oração de Santa Margarida Maria (cuja afectividade há que entender adentro do género místico).

Esta obra presta-se para fazer o mês do Coração de Jesus, quer no culto público, quer no privado — dá uma leitura diária completada pelo devocionário próprio incluído em apêndice.

Apresentação gráfica razoável.

*J. Afonso*

## Le mal et l'existence (2)

*Lucien Jerphagnon*

Diante do problema tão actual do sofrimento, não faltam tentativas de solução que tranquilize a consciência do que padece. Por toda a parte, este, como lhe chama o autor, «enigma escandaloso» que é o mal, constitui objec-

---

(1) Edição da União Gráfica, Lisboa, 1955

(2) *Les Éditions Ouvrières*, Paris, 1955 (Depositário exclusivo: — Edições Joc — Campo dos Mártires da Pátria, 43, Lisboa)

to de apreensão para quantos se sentem dele rodeados.

O que é o mal? Donde vem? Qual o seu autor e responsável? — eis, em suma, as questões postas por cada um que sofre ou presenceia o sofrimento.

«*Le mal et l'existence*» é uma dessas tentativas de solução, que procura ver, ouvir, escutar o drama do mal.

Pequeno volume de 150 páginas, da autoria de um professor de filosofia, destina-se a um público amigo da reflexão, — e portanto a todo o sacerdote.

Na primeira parte — «reflexão sobre a experiência comum» — o autor, apresenta-nos, em breves citações, o pensar de um elenco dos melhores autores que têm estudado tão inquietante problema, corroborando as afirmações feitas com a autoridade e experiência pessoal de quem suportou em campos de concentração a realidade, cuja imagem e razão de ser pretende descobrir.

Depois de examinar a posição do demónio diante do mal, verifica qual a atitude de Deus perante o mesmo — uma infinita Presença, um mistério de Amor, que a nossa limitada razão não consegue penetrar. «— Não queiramos excluir Deus das nossas dores! — exclama o autor. Ele não precisa de que o excusemos do mal!»

— *Que mal fiz eu a Deus?* — a reflexão cristã do problema vem dar resposta, misteriosa um tanto, mas verdadeira, à pergunta saída a todo o momento de lábios padecentes.

«A lição de Job», inocente, recto e temente a Deus, inculca-nos o aspecto misterioso do sofrimento — não tentemos desvendar directamente a sua razão de ser.

«Cristo e o mal», outro capítulo da «reflexão Cristã», que conduz o nosso olhar para Jesus, «o Filho primogénito do Pai», o «inocente», «o justo», «o sem pecado» que veio ao mundo realizar no sofrimento a Redenção da humanidade.

Dois outros capítulos «l'attitude quotidiane» e «le mal et l'existence» encerram este pequeno mas admirável compêndio do mistério da infinita Presença de Deus, que é pai, que é Bom e Misericordioso, no sofrimento.

*N. D. Baptista*

## Um mês dedicado a S. Paulo (3)

*J. M. J. P.*

A figura de São Paulo constituiu sempre um motivo apaixonante da literatura de todos os tempos e muito especialmente da dos nossos dias.

Abundantes têm sido as obras publicadas sobre esta invulgar personalidade de homem verdadeiramente superior. A comprovar isto mesmo as «Edições Paulistas» no intuito de darem a conhecer, ao grande público, a prestigiosa figura do «Apóstolo das Gentes» acabam de publicar o livro «Um mês consagrado a São Paulo», que é tradução de original italiano. O autor encara e desenvolve as várias facetas da personalidade do Grande Apóstolo, terminando as suas meditações por breve exemplo extraído do manancial inesgotável das suas Epístolas.

A leitura deste livrinho fará, por certo, muito bem aos que desejam imitar S. Paulo no seu amor a Jesus Cristo.

ULISSES PAIS

(3) Edições Paulistas, Lisboa, 1955.

## No mundo dos Pequeninos (4)

*M. da Trindade*

Hoje, mais do que nunca, é visível o aumento de interesse pela criança. Por todos os meios se procura criar-lhe o ambiente apto para que o seu desenvolvimento físico e psicológico se faça em óptimas condições. Todos os que se têm debruçado sobre o problema, chegam a acordo neste ponto: o ambiente próprio da criança é a família. É lá que encontra o clima sadio de que necessita. Porque a criança é como a flor tenra e mimosa: se apanhar muita chuva, apodrece-lhe a raiz; exposta ao sol ardente vai-se-lhe murchando a corola viçosa. Só na família a criança pode ter o clima temperado que facilite o seu desabrochar para a vida. E mais não se escreva sobre este assunto, sem se atender primeiramente ao problema familiar. No seio da família, a criança recebe o impulso grandioso para a sua formação psicológica. Todas as coisas pequeninas se hão-de ter em conta, pois que todas pesam no espírito juvenil: a maneira de ensinar, de castigar, de exortar; o que vê, o que ouve, o que sente ou pressente.

Daqui a enorme responsabilidade dos encarregados da formação da criança, mormente dos pais, os educadores primários por vontade de Deus. Deles directamente depende, a formação moral, religiosa, intelectual, humana, dos seus filhos.

É necessário ajudá-los a pensar, a julgar, a agir com certa autonomia, personalidade e actividade pessoais. Assim o botãozinho, quando florir, será uma flor bela.

*No mundo dos pequeninos* — opúsculo constituído por quadros familiares — é uma faúlha que salta da fogueira da preocupação que hoje existe, de se dar à criança, o seu ambiente natural, mas são.

*(Edição das Missionárias Reparadoras — Porto).*

H. V. FRANCO

## A Mãe (5)

*Cardeal Mindszenty*

Prestar homenagem à Colecção Éfeso, é sempre fazer-lhe justiça. Os seus poucos mas apreciadíssimos volumes, o provam pelo entusiasmo com que foram aceites e são procurados.

Temos entre mãos o sexto e último Livro. Obra do Ilustre purpurado e glória da Igreja, Cardeal Mindeszenty livro trata um tema de candente actualidade — A MÃE.

A delicadeza (chegando às vezes a parecer poesia), o Cardeal Mártir soube aliar a sobriedade, vasta erudição e segurança de doutrina, que fazem da sua obra uma bela jóia do pensamento cristão. Lê-se com agrado, prasenteiramente até. Mas na singeleza e no ambiente levemente oriental dos vários capítulos não é fácil perder conceitos que a cada passo nos surpreendem pela justeza de observação psicológica ou profundeza de raciocínio.

Como este: «a mão que embala o berço duma criança, guia o leme do mundo e tudo quanto no mundo vive e morre, teve a sua origem numa mulher».

O presente tomo não encerra uma filosofia maciça. Honra a colecção Éfeso pela distinta apresentação e correcta versão portuguesa.

Honra sobremaneira o Príncipe da Igreja que o escreveu e que está sendo, em pleno século XX, vítima da mais ignominiosa injustiça humana.

Obra do maior interesse que coloca a Mulher no seu eterno e único lugar de Esposa-MÃE, a sua leitura aproveitará a todos os que desejarem adquirir uma boa formação humanística e católica.

A. LEITÃO

(4) Distribuído pela Livraria Manuel de Oliveira.
(5) Colecção Éfeso, Coimbra, 1955.

SOCIEDADE INDUSTRIAL
METALÚRGICA
S. A. R. L.
SERRALHARIAS
Rua de S Tiago, 13 LISBOA

Sociedade Editora
ALA ESQUERDA
Composição e impressão
de Jornais Livros e Revistas
Trabalhos tipográficos em todos os géneros
Telef. 268 - BEJA - Apartado 25
(Oficinas Gráficas da Diocese)

C. SANTOS
LANIFÍCIOS
Sortido completo de lanifícios para o Rev.mo Clero, Seminaristas, Colegiais, etc.
Qualidades para todos os preços — Exclusivos — Secção de cachecois e lanifícos de cor
DESCONTOS E PRAZOS
Covilhã

OURIVESARIA
ALIANÇA
Verdadeiro atelier de arte, conhecido no País e estrangeiro.
*As mais especializadas oficinas para a esmerada confecção de todos os objectos do culto católico*
Rua das Flores, 191 a 211
PORTO
Rua Garrett (Chiado), 50
LISBOA

JÚLIO GOMES FERREIRA & C.A, L.DA
A casa mais antiga do País no seu género
(FUNDADA EM 1832)
RUA DA VITÓRIA, 82 a 86 RUA DO OURO, 166 a 170
Lustres — Lanternas — Placas - Castiçais — Lâmpadas Suspensões
Banheiras — Caldeiras — Esquentadores — Fogões de cozinha
INSTALAÇÕES
SANITÁRIAS AQUECIMENTO ELÉCTRICAS
CASAS DE BANHO CENTRAL CONTRA INCÊNDIOS
PÁRA-RÁIOS ASCENSORES TELEFONES
VENTILAÇÃO
TODOS OS TRABALHOS EM LATÃO E FERRO FORJADO

Para uma **participação activa**
do povo cristão

— *nas missas solenizadas ou colectivas,*
— *na missa de cada Domingo.*

## *Recebei, ó Deus Eterno*

um cântico fácil e sugestivo, de inspiração gregoriana, para o ofertório
**pelo Padre Manuel Luís**

— **Partitura com acompanhamento numa bela impressão a cores;**
— **Pagelas com a letra para uso dos fiéis.**

**Secretariado Nacional da Catequese**
Campo dos Mártires da Pátria, 43 = LISBOA

*Tecidos pretos* R.M.
PR. DOS RESTAURADORES, 13 - LISBOA

Lanifícios pretos, meias de algodão lã e Nylon

Concedem-se facilidades de pagamento sem aumento de Preço

**Grave na sua memória onde gravar os seus trabalhos**



*Fotogravura*
ARMEIS & MORENO, LDA.
T.S. JOÃO DA PRAÇA, 38
TELEF. 28055
LISBOA

## Sociedade de Tapeçarias, L.da

ESTOFADORES E DECORADORES

**Rua Augusta, 126 - 130 Tel. 26669**

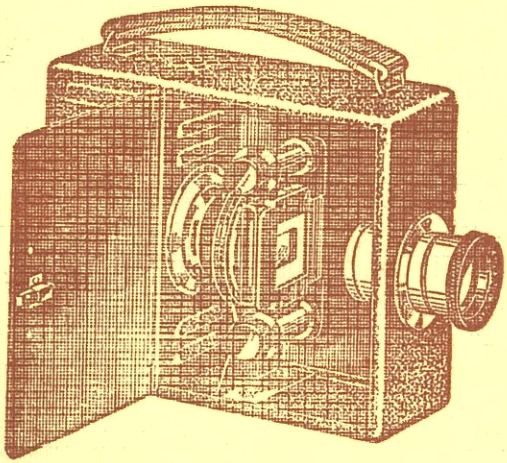
Casa especializada em estofos e decorações, com oficinas próprias e estoques próprios os mais completos e variados e aos melhores preços do mercado.

**Sedas, Damascos e Brocados próprios para decorações de Igrejas**

**As mais modernas criações dos industriais nacionais e estrangeiros**

*Agradece desde já a Vossa muito estimada visita*

# EX.MOS PÁROCOS, CATEQUISTAS, EDUCADORES:



Para o ensino adoptai o

**CAMERAFIX**

o projector que se impôs pela sua

*luminosidade*

*simplicidade*

*economia*

Funciona directamente em 220, 110 e 6 volts.

**Filmes fixos portugueses**

**RELIGIOSOS**

Santa Maria Goretti
As obras de misericórdia
Os 3 videntes de Fátima
Santo António de Lisboa
São João de Deus
O filho pródigo (parábola)
O bom Samaritano (parábola)
Os Sacramentos (colorido)

**RECREATIVOS**

O trinco da porta
Pedrinho, cabeça no ar
A história da Carochinha
O lobo e a cabaça
Cavalo fidalgo e burro invejoso
João pastor e o cão leal
A cigarra e a formiga
A garça e a raposa
O leão e o mosquito

## ALPHA ET OMEGA

*Rua Eugénio dos Santos, 76 - 2.º* **LISBOA**

REVISTA DOS ALUNOS
DO SEMINÁRIO DE
CRISTO-REI / OLIVAIS